Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2015

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Iniciativa:

Ementa:

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 50% (cinquenta por cento) a jornada de trabalho das mães de pessoas com deficiência.

Explicação da Ementa:

Acrescenta o art. 396-A à Consolidação das Leis do Trabalho para estabelecer que a empregada que possua filho portador de deficiência, que esteja sob sua guarda, e cuja deficiência o torne incapaz, terá sua jornada de trabalho reduzida em 50% (cinquenta por cento), sem prejuízo de sua remuneração.

Assunto: Política Social - Trabalho e Emprego

Data de Leitura: 08/09/2015

Tramitação encerrada

Decisão: Arquivada ao final da Legislatura (art.

Último local: -

Destino: Ao arquivo

Último estado: 21/12/2018 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Matérias Relacionadas:

Requerimento nº 347 de 2017

Despacho:

08/09/2015 (Despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CAS) Comissão de Assuntos Sociais

15/03/2018 (Aprovação do Requerimento nº 347, de 2017, de

Aprovação de requerimento

Tramitação Conjunta

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(SF-CAS) Comissão de Assuntos Sociais

Relatoria:

CAS - (Comissão de Assuntos Sociais)

Relator(es):

Senador Flexa Ribeiro (encerrado em 15/03/2018 - Audiência de outra Comissão)

Senadora Marta Suplicy (encerrado em 21/12/2018 - Fim de Legislatura)

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Relator(es):

Senadora Ângela Portela (encerrado em 04/06/2018 - Deliberação da matéria)

Projeto de Lei do Senado n° 591, de 2015

TRAMITAÇÃO

21/12/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Ação: A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do caput do art. 332 do Regimento Interno.

19/12/2018 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

12/09/2018 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Ação: Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício nº 1101/18, da Câmara Municipal de Santo Anastácio, do Estado de São Paulo, ao PLS nº 110, de 2016, e sua cópia ao PLS nº 591, de 2015, com manifestação sobre a matéria.
(PLS 591, de 2015 - fls 17 a 20)
(PLS 110, de 2016 - fls 14 a 17)
Tramitam em conjunto o PLS 591, de 2015 e o PLS 110, de 2016.

07/06/2018 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Avocada a relatoria pela Presidente da Comissão, Senadora Marta Suplicy (art. 129 do RISF).
O processado da matéria permanecerá na Secretaria da Comissão, conforme o art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 4, de 2015.

04/06/2018 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido, nesta data, na Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais.
Matéria aguardando designação de Relatoria.

(Tramitam em conjunto o PLS 591, de 2015 e o PLS 110, de 2016)

04/06/2018 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Juntei, às fls. 8 a 16, o Parecer, a lista do registro de presença dos senadores e a decisão da Comissão.
À CAS.

30/05/2018 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 50ª Reunião, extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório da Senadora Angela Portela, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejudicialidade do PLS 591/2015 e aprovação do PLS 110/2016, com a Emenda nº 1/CDH.

Publicado no DSF Páginas 213-221 - DSF nº 79

28/05/2018 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 50ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 30/05/2018.

Projeto de Lei do Senado n° 591, de 2015

TRAMITAÇÃO

16/05/2018 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido Relatório da Senadora Ângela Portela com voto pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2015, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2016, com uma Emenda que apresenta.

11/04/2018 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído à Senadora Ângela Portela, para emitir relatório.

19/03/2018 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na Comissão nesta data. Matéria aguardando distribuição.

15/03/2018 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: Aprovado o Requerimento nº 347, de 2017.
Os Projetos de Lei do Senado nº 591, de 2015, e 110, de 2016, passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da CDH, seguindo posteriormente à CAS, em decisão terminativa.

Publicado no DSF Páginas 76 - DSF nº 26

Publicado no DSF Páginas 38 - DSF nº 26

15/03/2018 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Situação: INCLUÍDO REQUERIMENTO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Ação: Requerimento nº 347, de 2017, incluído na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 15.03.2018.
Votação, em turno único.

17/05/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 347/2017, do Senador Flexa Ribeiro, que solicita a tramitação em conjunto dos PLS nºs 591/2015 e 110/2016.

17/05/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO

Ação: Encaminhado à publicação o Requerimento nº 347, de 2017, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que solicita, nos termos do art. 258, do RISF, a tramitação em conjunto do PLS nº 591, de 2015 com o PLS 110, de 2016, por regulamentarem a mesma matéria.
O Requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Publicado no DSF Páginas 403-404

11/05/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO

Ação: Aguardando leitura de requerimento de tramitação conjunta dos PLS n°s 591/2015 e 110/2016, do Senador Flexa Ribeiro.

Projeto de Lei do Senado n° 591, de 2015

TRAMITAÇÃO

11/05/2017 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Ação: À SLSF, em atendimento ao Oficio nº 383/ 2017 da Presidência do Senado Federal.

10/05/2017 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Ação: Recebido, nesta data, o Oficio nº 383/ 2017, da Presidência do Senado Federal, referente à leitura de Requerimento de tramitação conjunta. (fls. 04 e 05)

14/10/2016 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão, Senador Edison Lobão, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator da matéria.

O processado da matéria permanecerá na Secretaria da Comissão, conforme o art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 4, de 2015

17/09/2015 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Matéria aguardando designação de Relatoria.

10/09/2015 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Ação: Prazo para apresentação de emendas:
Primeiro dia: 10/09/2015.
Último dia: 16/09/2015.

09/09/2015 CAS - Comissão de Assuntos Sociais

Ação: Recebido nesta data, na Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais.

Matéria aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas (art. 122, II – RISF).

08/09/2015 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Encaminhado à publicação.
À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 332-334

08/09/2015 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 03 (três) folhas numeradas e rubricadas.

Projeto de Lei do Senado n° 591, de 2015

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 591/2015

Data: 08/09/2015

Autor: Senador Magno Malta (PL/ES)

Local: null

Descrição/Ementa: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 50% (cinquenta por cento) a jornada de trabalho das mães de pessoas com deficiência.

Avulso inicial da matéria

Data: 08/09/2015

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.
À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

RQS 347/2017

Data: 10/05/2017

Autor: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Requer, nos termos do art. 258, do RISF, a tramitação em conjunto do PLS nº 591/2015, com o PLS nº 110/2016, por regulamentarem a mesma matéria.

Avulso de requerimento

Data: 17/05/2017

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação o Requerimento nº 347, de 2017, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que solicita, nos termos do art. 258, do RISF, a tramitação em conjunto do PLS nº 591, de 2015 com o PLS 110, de 2016, por regulamentarem a mesma matéria.
O Requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Descrição/Ementa: RQS 347/2017

Relatório Legislativo

Data: 16/05/2018

Autor: Senadora Ângela Portela (PDT/RR)

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Recebido Relatório da Senadora Ângela Portela com voto pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2015, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2016, com uma Emenda que apresenta.

Descrição/Ementa: Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2015, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 50% (cinquenta por cento) a jornada de trabalho das mães de pessoas com deficiência, e o Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2016, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 10% (dez por cento) a jornada de trabalho dos trabalhadores que tenham sob sua guarda filhos com deficiência.

P.S 47/2018 - CDH

Data: 30/05/2018

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Ângela Portela (PDT/RR)

DOCUMENTOS

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Na 50ª Reunião, extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório da Senadora Angela Portela, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejudicialidade do PLS 591/2015 e aprovação do PLS 110/2016, com a Emenda nº 1/CDH.

Descrição/Ementa: Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2015, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 50% (cinquenta por cento) a jornada de trabalho das mães de pessoas com deficiência, e o Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2016, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para reduzir em 10% (dez por cento) a jornada de trabalho dos trabalhadores que tenham sob sua guarda filhos com deficiência.

Listagem ou relatório

Data: 04/06/2018

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 50ª Reunião CDH

Moção

Data: 12/09/2018

Autor: Cidadão Câmara Municipal de Santo Anastácio, do Estado de São Paulo

Local: Comissão de Assuntos Sociais

Ação Legislativa: Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício nº 1101/18, da Câmara Municipal de Santo Anastácio, do Estado de São Paulo, ao PLS nº 110, de 2016, e sua cópia ao PLS nº 591, de 2015, com manifestação sobre a matéria.
(PLS 591, de 2015 - fls 17 a 20)
(PLS 110, de 2016 - fls 14 a 17)
Tramitam em conjunto o PLS 591, de 2015 e o PLS 110, de 2016.

Descrição/Ementa: Moção nº 04/2018 encaminhada pelo Ofício nº 1101/18 da Câmara Municipal de Santo Anastácio, do Estado de São Paulo.